



Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar

Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional

Prioridades para 2021 Vida, Emprego e Democracia

Edição 2021

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS



FUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



PÚBLICA
CENTRAL DO SERVIDOR
Movimento permanente em defesa da sociedade

CGTB
CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL

INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

CSP
Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional

Prioridades para 2021 Vida, Emprego e Democracia

Edição 2021



EXPEDIENTE

CSB - www.csb.org.br

NCST - www.ncst.org.br

Força Sindical - www.fsindical.org.br

CUT - www.cut.org.br

UGT - www.ugt.org.br

CTB - www.ctb.org.br

Publica Central do Servidor - www.publica.org.br

CGTB - www.cgtb.org.br

Intersindical - www.intersindicalcentral.com.br

CSP Conlutas - www.cspconlutas.org.br

Assessorias

DIAP - www.diap.org.br

DIEESE - www.dieese.org.br



Sumário

Apresentação.....	4
Prioridades Legislativas 2021 – Vida, Emprego e Democracia	6
Siglas	13
Entenda a ficha de cada proposição	15
Medidas e Projetos em Tramitação - Destaques para 2021	13
Auxílio Emergencial.....	16
MP 1039/2021 – Auxílio Emergencial 2021	16
PL 823/2021 – Medidas Emergenciais de Amparo a Agricultores.....	17
Proteção do Emprego e Salário	18
MP 1045/2021 – Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.....	18
MP 1046/2021 – Regras Trabalhistas na Pandemia.....	19
Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres	20
PL 1558/2021 (No Senado, PLC 130/2011) – Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres	20
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	21
PL 2751/2020 – Novas Regras do FGTS no Pós-Pandemia	21
PL 714/2020 – Saque Emergencial de Valores do FGTS	22
PL 6223/2016 – Remuneração das Contas do FGTS.....	23
Criminalização do Movimento Sindical.....	24
PL 1595/2019 – Criminalização da Atuação de Lideranças, Movimentos de Base e	
Organização da Sociedade Civil	23
Reforma Administrativa	25
PEC 32/2020 – Reforma Administrativa	25
Lei Geral de Licenciamento Ambiental	26
PL 3729/2004 – Auto Licenciamento Ambiental	26
Reforma Tributária	27
PEC 45/2019 – Reforma Tributária	27
PEC 110/2019 – Reforma Tributária	28
Teto de Gastos	29
PEC 373/2017 – Exclui Educação, Saúde E Segurança Pública do Teto de Gastos.....	29
Privatização da Eletrobrás e Correios	30
MP 1031/2021 – Desestatização da Eletrobras	30
PL 591/2021 – Privatização dos Correios.....	31
PL 7488/2017 – Extingue o Monopólio dos Serviços Postais	32
Bolsa Família e Renda Básica Universal.....	33
PL 6072/2019 – Reformulação do Bolsa Família	33
PL 4856/2019 – Programa Renda Básica Universal.....	34
Acesso à Justiça Gratuita pelos Trabalhadores	35
PL 6323/2016 – Acesso à Justiça do Trabalho	35
Regulamentação do Trabalho em Plataforma/Aplicativos e Teletrabalho	36
PL 3748/2020 – Regime de Trabalho sob Demanda	36
PL 3754/2020 – Regime de Trabalho sob Demanda	37
PL 3512/2020 – Detalha as Obrigações do Empregador na Realização do Teletrabalho	37
Nova Lei do Primeiro Emprego.....	38
PL 5228/2019 – Lei do Primeiro Emprego	38
Demais temas relevantes para os(as) trabalhadores(as)	39
Anexo 1 - O que é e como funciona o Poder Legislativo Brasileiro	43
Anexo 2 – Relação dos presidentes e líderes partidários na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional	46



Apresentação

É com satisfação que as Centrais Sindicais - CSB, NCST, Força Sindical, CUT, UGT, CTB, Pública, CGTB, Intersindical e CSP Conlutas - apresentam sua primeira Agenda Legislativa unitária, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

O objetivo da Agenda é subsidiar a ação sindical institucional de diálogo junto aos parlamentares e à sociedade em geral sobre os temas conjunturais e estratégicos que estão em tramitação no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Nesse sentido a Agenda Legislativa está dividida em dois blocos de medidas e projetos, o primeiro com as Prioridades Legislativas 2021: Vida, Emprego e Democracia, indicando o posicionamento favorável, contrário ou relevante das Centrais sobre cada proposição em tramitação no Congresso Nacional.

O segundo bloco traz uma relação temática que tem mobilizado a sociedade na atualidade como o racismo estrutural, o avanço do desmatamento, a violência e ocupação de terras indígenas e a exploração do trabalho infantil, a igualdade salarial entre homens e mulheres, as políticas de combate à violência de gênero, doméstica, familiar e a LGBTfobia, serão priorizados.

A Agenda Legislativa das Centrais Sindicais será permanentemente atualizada com o posicionamento em relação aos projetos e medidas em tramitação, assim como com as propostas elaboradas. A atualização dessa Agenda e de um mapeamento completo com mais de 120 propostas que tramitam no Congresso Nacional está disponível no site do DIAP (www.diap.org.br).

O trabalho legislativo das Centrais Sindicais conta com a assessoria técnica do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, com a atuação de dirigentes e assessores das Centrais Sindicais, articulados no espaço do Fórum das Centrais Sindicais.



Nesta versão da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional, estão destacadas 24 proposições, sendo 19 em tramitação na Câmara dos Deputados e cinco no Senado Federal em 2021 que impactam diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras em diferentes aspectos do mundo do trabalho, do movimento sindical e do sistema de relações de trabalho.

Cada medida ou proposta legislativa em tramitação nesta agenda contém o tipo e o número da proposição, o autor, o resumo do tema, a tramitação atual, os próximos passos que serão ou poderão ser percorridos no Congresso Nacional e o posicionamento sindical.

A atuação das Centrais Sindicais e das suas entidades de base (sindicatos, federações e confederações) no Congresso Nacional têm demonstrado e confirmado a relevância do trabalho parlamentar, assim como a importância da iniciativa de manter diálogo social aberto com os partidos políticos, parlamentares e líderes de bancadas.

Esperamos que esse trabalho fortaleça nossa interlocução na busca da ampliação da proteção social e trabalhista, a geração de empregos de qualidade e o crescimento dos salários e dos rendimentos oriundos do trabalho, no desenvolvimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, na valorização dos sindicatos e da negociação coletiva, no combate às desigualdades e na promoção da justiça social, da liberdade e da proteção do Estado Democrático e Social de Direito.



Prioridades Legislativas 2021

Vida, Emprego e Democracia

Esta primeira edição da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais aponta como Prioridade para 2021 as medidas e projetos que estão relacionadas à proteção da vida, do emprego e da democracia.

A defesa da vida requer medidas urgentes para enfrentar as causas e as consequências decorrentes da pandemia do novo Coronavírus. Denunciamos a omissão, a descoordenação e o negacionismo do governo federal no tratamento da crise sanitária, com o boicote dos protocolos recomendados pelos organismos internacionais e nacionais de saúde, como o distanciamento e o isolamento social, o uso de máscaras, a realização de testes e as demais medidas para evitar a propagação do contágio.

Defendemos medidas para acelerar a vacinação para todos, principal forma de imunização da população e da prevenção contra a doença e a morte, base sobre a qual se sustentará a retomada da atividade econômica.

Para se promover a efetividade das medidas de isolamento social, é essencial a garantia da proteção da renda oriunda do trabalho, com a manutenção do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 conquistado em 2020 e que protegeu quase 70 milhões de pessoas, bem como a proteção dos empregos e salários, que devem ser mantidos enquanto durar a pandemia.

Defendemos a valorização do SUS e dos profissionais de saúde, a proteção dos trabalhadores(as) em atividades essenciais, entre outras importantes questões que se destacam para a proteção da vida.

Mas é preciso, desde já, trabalhar para a retomada segura das atividades econômicas e laborais. Criar medidas de apoio aos setores mais atingidos pelo travamento da economia, articular e coordenar iniciativas que deem segurança sanitária aos trabalhadores e usuários dos serviços públicos. Será essencial que essas medidas estejam articuladas com uma visão estratégica de desenvolvimento de todo o



sistema produtivo, que reindustrialize o país com base em economia ambientalmente sustentável, com investimento em pesquisa, tecnologia e inovação, com a geração de emprego de qualidade e o crescimento dos salários.

A prioridade para o emprego indica atenção emergencial em relação às múltiplas formas precárias de trabalho sem proteção laboral, social e sindical que se multiplicaram e se expandiram com a crise sanitária. A tecnologia tem contribuído, muitas vezes, para consolidar mecanismos perversos de desproteção estrutural e de reprodução de precarização ampliada.

A proteção da democracia decorre das recorrentes ameaças às instituições do Estado Democrático de Direito, à autonomia dos Poderes, aos preceitos constitucionais e ao diálogo social, entre tantos fatos e eventos gravíssimos que agridem a nossa institucionalidade. Consideramos essencial a valorização das instituições democráticas do Estado, das organizações da sociedade civil e dos movimentos populares, sociais e dos sindicatos. É essencial proteger a liberdade e o direito do cidadão, com especial atenção aos mais vulneráveis.

Além das prioridades para 2021, que abrem a Agenda Legislativa das Centrais Sindicais, em seguida destacamos medidas e projetos legislativos em tramitação no Congresso Nacional que têm alto impacto sobre o mundo do trabalho, o sistema de relações de trabalho e os sindicatos. São prioridades estratégicas a partir das questões que afetam a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, da geração e garantia dos empregos, da proteção laboral e social, da saúde e segurança no trabalho ou, de outro lado, tratam do papel do Estado, dos instrumentos e institucionalidade de fomento e coordenação do desenvolvimento econômico e social.

A perspectiva de um projeto e de uma estratégia de desenvolvimento para o país deve conter a intencionalidade da geração de emprego de qualidade e a distribuição de renda, de uma economia na qual o incremento da produtividade esteja em sintonia com a sustentabilidade ambiental, com a qualidade de vida para todos, com a justiça social e com a inserção soberana na economia mundial. Para isso, é fundamental



o papel do Estado e sua relação virtuosa com o setor privado, com e sem fins lucrativos.

Os últimos anos foram marcados por grave crise política e econômica que, mais uma vez, distanciou o país do desenvolvimento social. A crise sanitária agravou todo o contexto. As políticas de desmonte do Estado, de enfraquecimento ou desmobilização dos instrumentos públicos para articular o desenvolvimento, a destruição do meio ambiente, a desqualificação das relações internacionais, as regras fiscais que inviabilizam o Estado para cumprir suas funções, os ataques aos direitos humanos e à proteção social são alguns dos flagelos, entre muitos outros, que aprofundam as dimensões dessa crise estrutural que atinge a nação.

Nos últimos anos, as mudanças nas regras trabalhistas deram máxima flexibilidade às formas de contratação, no geral mais precárias, ampliaram jornadas de trabalho sem limites mínimos ou máximos, liberaram formas subordinadas de trabalho sem reconhecer vínculos, desprotegendo os trabalhadores e negando responsabilidade de empregadores ocultos, reduziram inúmeros direitos trabalhistas, desvalorizaram a negociação coletiva e enfraqueceram os sindicatos. A terceirização foi liberada e o acesso à previdência social foi dificultado ou inviabilizado para muitos. A proteção social mais ampla sofre contínuos cortes que restringem acesso ou limitam a abrangência. Um Estado mínimo se expande para a maioria da sociedade, com impactos ainda mais severos para os mais pobres e vulneráveis.

Diante desse grave quadro, a nossa tarefa é olhar para o futuro e mudar.

Nossa história é de luta para que todos possam viver bem porque há emprego para todos, os rendimentos do trabalho crescem com a produtividade da economia, a riqueza gerada pelo trabalho de todos é capaz de prover políticas públicas universais de educação, saúde, segurança, moradia, cultura, bem como o investimento em infraestrutura econômica e social é financiado por um sistema tributário progressivo e um orçamento público gerido com responsabilidade fiscal para executar as atribuições do Estado com equidade econômica e social.

Olhamos para o futuro e identificamos ser essencial formularmos um



projeto de desenvolvimento para o país, com estratégias consistentes para superar as adversidades presentes e os desafios econômicos e sociais.

Olhamos para o futuro e apostamos no caminho da política, fazendo as lutas e exercitando o diálogo social. Consideramos que o Congresso Nacional é espaço privilegiado para o diálogo social e a negociação.

Queremos fortalecer sindicatos representativos e autônomos, valorizar as negociações coletivas e a solução ágil dos conflitos trabalhistas, disputar melhor distribuição dos frutos do trabalho, que todos tenham emprego de qualidade, poder de negociação e que a tecnologia e a inovação venham para melhorar a vida de todos.

Essa agenda olha para o futuro, mas desde já afirmamos nossa posição contrária em relação a muito temas aqui sistematizados. O mapeamento de medidas e propostas legislativas indica que há uma vastidão de assuntos com impactos substantivos sobre o mundo do trabalho e a vida dos trabalhadores e que podem ampliar a desproteção, a precarização, a informalidade, a rotatividade, prejudicar a saúde e a segurança no trabalho.

Para cada tema ou projeto tratado no Congresso apresentaremos propostas para o debate, como aliás já temos feito desde a política de valorização do salário mínimo, do Auxílio Emergencial de R\$ 600, e da proteção dos empregos e dos salários, só para citar três exemplos.

Olhamos para o futuro e declaramos nosso compromisso de pensar o país e de nos colocarmos para o diálogo social a partir da visão de mundo da classe trabalhadora.

Prioridades desde 2020

Nos primeiros meses de 2020, as Centrais Sindicais divulgaram o documento “Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras”. São 33 propostas para o enfrentamento da pandemia e seus nefastos reflexos sobre o País e os brasileiros.

Entre as propostas, as Centrais defenderam o Abono Emergencial



correspondente ao valor da cesta básica calculada pelo Dieese, aprovado pelo Congresso Nacional como Auxílio Emergencial de R\$ 600, que assistiu a mais de 70 milhões de pessoas e garantiu demanda para girar a economia. Também foram apresentadas propostas para a proteção dos empregos e dos salários, melhorias no seguro-desemprego, apoio e crédito às micro e pequenas empresas, entre outras propostas.

Diante da intencional ausência de coordenação nacional pelo governo federal para o enfrentamento da pandemia, as Centrais Sindicais atuaram junto aos governadores e prefeitos, parlamentares e partidos políticos, propondo iniciativas de articulação, cooperação e coordenação da batalha de combate à pandemia. Apoiaram as iniciativas de governadores e prefeitos para produzir e comprar vacinas, estabelecer mecanismos de cooperação por meio de consórcios, entre outras iniciativas.

No 1º de maio de 2021, as Centrais Sindicais renovaram sua análise do contexto atual e indicaram que a prioridade deve ser da proteção da vida, do emprego e da democracia, para os quais destacam as diretrizes apontadas na página 11.



Prioridades 2021

Vida, Emprego e Democracia

1. Aprovar o Auxílio Emergencial com o valor de R\$ 600,00/R\$ 1.200,00, com as mesmas regras de acesso anteriores e duração garantida enquanto durarem os efeitos econômicos da pandemia, para proteger os trabalhadores não assalariados e sustentar o consumo das famílias.

2. Implementar medidas de proteção dos empregos e salários, para proteger os assalariados, evitar o desemprego e sustentar a demanda das famílias.

3. Aprovar medidas de apoio econômico às micro, pequenas, médias e grandes empresas para enfrentarem as adversidades da crise econômica decorrentes da crise sanitária.

4. Fortalecer as iniciativas de lockdown dos entes federados – Estados, Distrito Federal e Municípios –, contribuindo com os esforços de articulação e de coordenação, com o objetivo de inverter rapidamente a curva de contágios e de mortes.

5. Criar no âmbito do Congresso Nacional uma Comissão Nacional de Enfrentamento da Crise Sanitária e Econômica, com participação dos Poderes, dos entes federados e da sociedade civil organizada.

6. Contribuir com as iniciativas dos entes subnacionais no investimento para a compra de vacinas.

7. Exigir que o Brasil, por seus representantes, posicione-se oficialmente perante a Organização Mundial do Comércio em favor da proposta encaminhada pela Índia e África do Sul para suspender as patentes de vacinas, medicamentos e insumos hospitalares para combater a Covid-19 enquanto durar a pandemia e que o Congresso Nacional assim se manifeste.

8. Exigir que se adotem as medidas jurídicas cabíveis, no âmbito e competência de cada um dos Poderes, para a suspensão de patente e licença compulsória das vacinas, medicamentos e insumos hospitalares para combater a Covid-19, tendo em vista o interesse público e a



gravidade da crise sanitária decorrente do Coronavírus, adotando as ações necessárias para a imediata fabricação da vacina no Brasil.

9. Aportar os recursos necessários para o orçamento da saúde, permitindo o enfrentamento adequado da crise sanitária, assim como a célere liberação dos recursos para a sustentabilidade da rede hospitalar e preventiva de saúde no Brasil.

10. Criar um Comitê Científico de Crise para colaborar nas prospecções e na elaboração de medidas de combate à crise sanitária, com a participação da representação dos trabalhadores.

11. Investir na elaboração de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que reoriente as estratégicas nacionais, regionais, setoriais de crescimento econômico com justiça social; a reindustrialização do país, a inovação, a geração de emprego de qualidade e o crescimento dos salários com proteção social e laboral. (Implementar o Grupo de Trabalho no Congresso Nacional sobre Reindustrialização e Emprego).

12. Adotar medidas para combater o racismo, o desmatamento, a ocupação de terras indígenas e o trabalho infantil. A igualdade salarial entre homens e mulheres, além de ampliar políticas de combate à violência de gênero, doméstica, familiar e a LGBTfobia também devem ser priorizadas no Parlamento.

Nesta edição indicamos de maneira sintética o posicionamento das Centrais Sindicais em relação às medidas e projetos para os quais já há manifestação unitária. No decorrer do ano de 2021, vamos elaborar documentos apresentando nosso posicionamento mais detalhado e, quando couber, com as alternativas.



Siglas

CD – Câmara dos Deputados
SF – Senado Federal
CN – Congresso Nacional
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PLP - Projeto de Lei Complementar
PL - Projeto de Lei
MPV - Medida Provisória
PLV - Projeto de Lei de Conversão
PDL - Projeto de Decreto Legislativo
REQ – Requerimento
RIC - Requerimento de Informação

Comissões Permanentes Câmara dos Deputados

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCULT - Comissão de Cultura
CDC - Comissão de Defesa do Consumidor
CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano
CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CE - Comissão de Educação
CESPO - Comissão do Esporte
CFT - Comissão de Finanças e Tributação
CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CINDRA - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
CLP - Comissão de Legislação Participativa
CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME - Comissão de Minas e Energia
CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTUR - Comissão de Turismo
CVT - Comissão de Viação e Transportes



Comissões Permanentes Senado Federal

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos
CAS - Comissão de Assuntos Sociais
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal
CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMA - Comissão de Meio Ambiente
CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSF - Comissão Senado do Futuro
CSP - Comissão de Segurança Pública
CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Comissões Mistas Permanentes Congresso Nacional

CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher
CMCF - Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal
CMCPLP - Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
CMMC - Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
CMMIR - Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados
CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CPCMS - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
FIPA - Comissão Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas



Entenda a ficha de cada proposição

Proposição – Tema da Proposta

Tipo da proposição (PEC, PLP, PL, MPV)
Temática (Reforma Administrativa)

● O QUE É

Menciona o autor da proposição e faz um resumo sobre o conteúdo da proposta legislativa.

● ONDE TRAMITA

Informa a Casa onde tramita. E traz outras informações mais detalhadas referente ao relator e situação do parecer, por exemplo.

● POSICIONAMENTO

Favorável; Contrário; e Relevante com necessidade de debate sobre a proposição priorizada.

● Próximas etapas



Órgão onde tramita atualmente. E as próximas etapas de tramitação na Casa Legislativa – Câmara dos Deputados ou Senado Federal



MEDIDAS E PROJETOS EM TRAMITAÇÃO DESTAQUES PARA 2021

Auxílio Emergencial

MP 1039/2021 – AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021

De autoria do Poder Executivo, institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda designação de relator para exame das emendas apresentadas e apresentação do parecer para discussão e votação no plenário. Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Posicionamento

Favorável, com alterações, para aumentar o valor do auxílio emergencial para R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia, manutenção das duas cotas para as mulheres chefe de família e as regras de acesso previstas em 2020.

● Próximas etapas



PL 823/2021 – MEDIDAS EMERGENCIAIS E AMPARO A AGRICULTORES

De autoria do deputado Pedro Uczai (PT/SC) e outros, dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, e nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II).

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda parecer no plenário do relator, deputado Zé Silva (SD/MG). Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Posicionamento

Favorável, garantir o valor de R\$ 2.500,00 por unidade familiar e quando destinado à mulher agricultora familiar, a transferência será de R\$ 3.000,00 por unidade familiar.

● Próximas etapas



Proteção do Emprego e Salário

MP 1045/2021 – PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

De autoria do Poder Executivo, institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) no âmbito das relações de trabalho.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda designação de relator para exame das emendas apresentadas e apresentação do parecer para discussão e votação no plenário. Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Posicionamento

Favorável, com alterações, para garantir a participação dos sindicatos para implementar as medidas de suspensão do contrato de trabalho ou a redução de jornada de trabalho, ampliar a compensação salarial e garantir a ultratividade de acordos e convenções coletivas.

● Próximas etapas



MP 1046/2021 – REGRAS TRABALHISTAS NA PANDEMIA

De autoria do Poder Executivo, dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda designação de relator para apresentação do parecer, discussão e votação no plenário. Depois segue, para o plenário do Senado Federal.

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres

PL 1558/2021 (NO SENADO, PLC 130/2011) – IGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES

De autoria do ex-deputado Marçal Filho (MDB/MS), acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda no plenário o exame das mudanças aprovadas pelo Senado Federal.

Posicionamento

Favorável.

● Próximas etapas



Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

PL 2751/2020 – NOVAS REGRAS DO FGTS NO PÓS-PANDEMIA

De autoria dos deputados Lucas Gonzalez (NOVO/MG) e Alexis Fonteyne (NOVO/SP), altera a Lei nº 8.036/90, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o pagamento do Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante o período pós-pandemia do Coronavírus.

A proposta permite negociar coletivamente a redução da contribuição para o FGTS, convertendo parte dela em salário. Esse projeto reduz a capacidade de financiamento do FGTS.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda votação do parecer do relator, deputado Kim Kataguirí (DEM/SP), pela aprovação na forma de substitutivo, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Posicionamento

Contrário. Necessita formular uma proposta que reúna todos os projetos sobre FGTS.

● Próximas etapas



PL 714/2020 – SAQUE EMERGENCIAL DE VALORES DO FGTS

De autoria da deputada Patrícia Ferraz (PODE-AP) e outros, permite o saque emergencial de valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em razão da pandemia de Coronavírus (2019-nCoV). Permite o saque emergencial de recursos até o limite do teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social em 2020.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, tramita em regime de urgência, e em função de rito, aguarda parecer na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) do relator, deputado Heitor Schuch (PSB-RS); aguarda parecer da relatora, deputada Alê Silva (PSL-MG), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); e aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); para votação direto no plenário da Casa.

Posicionamento

Contrário. Necessita formular uma proposta que reúna todos os projetos sobre FGTS.

● Próximas etapas



PL 6223/2016 – REMUNERAÇÃO DAS CONTAS DO FGTS

De autoria do deputado Fausto Pinato (PP-SP), equipara a remuneração dos saldos das contas vinculadas do FGTS e dos depósitos nessas contas à remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Sanderson (PSL/RS), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Posicionamento

Contrário. Necessita formular uma proposta que reúna todos os projetos sobre FGTS.

● Próximas etapas



Criminalização do Movimento Sindical

PL 1595/2019 – CRIMINALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DE LIDERANÇAS, MOVIMENTOS DE BASE E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

De autoria do deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e dá outras providências.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a proposta aguarda criação e instalação de comissão especial.

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



Reforma Administrativa

PEC 32/2020 – REFORMA ADMINISTRATIVA

De autoria do Poder Executivo, altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria tem parecer do relator, deputado Darci de Matos (PSD/SC), pela aprovação com supressões pontuais, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



Lei Geral de Licenciamento Ambiental

PL 3729/2004 – AUTO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

De autoria do deputado Luciano Zica (PT-SP) e outros, dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, aprovado parecer do relator, deputado Neri Geller (PP-MT), uma nova proposta na forma de Subemenda Substitutiva Global, que mudou integralmente a proposta apresentada em 2004. A matéria aguarda despacho no Senado Federal.

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



Reforma Tributária

PEC 45/2019 – REFORMA TRIBUTÁRIA

De autoria do deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e outros, altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria teve parecer aprovado com uma proposta consensual apresentada pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Comissão Mista Especial. Em decisão da Mesa Diretora publicada no dia 04/05/2021, o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), avocou a proposta direto para o plenário onde aguarda inclusão na pauta para apresentação de parecer para discussão e votação em dois turnos.

Posicionamento

Relevante, se admitidas as alterações propostas na Emenda nº 178, da Reforma Justa e Solidária.

● Próximas etapas



PEC 110/2019 – Reforma Tributária

De autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros, altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

● Onde tramita

No Senado Federal, a matéria aguarda votação do parecer do relator, senador Roberto Rocha (PSDB/MA), pela aprovação com substitutivo, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).

Posicionamento

Relevante, se admitidas as alterações propostas na Emenda nº 178, da Reforma Justa e Solidária como foi apresentada na Câmara dos Deputados.

● Próximas etapas



Teto de Gastos

PEC 373/2017 – EXCLUI EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA DO TETO DE GASTOS

De autoria do deputado Pedro Uczai (PT/SC) e outros, altera o Ato das Disposições Transitórias para excluir Educação, Saúde e Segurança Pública do teto de gastos imposto pelo Novo Regime Fiscal, Emenda Constitucional 95.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria está apensada à PEC 370/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Posicionamento:

Favorável. Necessária a revogação ampla do teto de gastos.

● Próximas etapas



Privatização da Eletrobras e Correios

MP 1031/2021 – DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

De autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda no plenário o parecer do relator, deputado Elmar Nascimento (DEM/BA).

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



PL 591/2021 – PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

De autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria em virtude de aprovação do Requerimento de Urgência nº 768/2021, de autoria do deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS/PB), no dia 20/04/2021, aguarda discussão e votação no plenário da Casa. No entanto, a matéria poderá ser examinada de forma preliminar em comissão especial.

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



PL 7488/2017 – EXTINGUE O MONOPÓLIO DOS SERVIÇOS POSTAIS

De autoria do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), altera a Lei nº 6.538, de 1978, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para extinguir o monopólio dessas atividades.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, tramita de forma conclusiva, e aguarda designação de relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Foi aprovado parecer do relator, deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP), na forma de substitutivo, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Tramita pensado o PL 4110/2019, da deputada Caroline de Toni (PSL-SC), que altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para autorizar qualquer empresa a exploração de serviços postais e de telegrama, eliminando o monopólio estatal dessas atividades.

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



Bolsa Família e Renda Básica Universal

PL 6072/2019 – REFORMULAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA

De autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP), modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reformular os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, assegurar a atualização monetária anual dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza. Prevê o desligamento voluntário de famílias beneficiárias e o retorno automático ao Programa. Revoga o art. 2º, o art. 2º-A, o parágrafo único do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e dá outras providências.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda parecer do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), na Comissão Especial. Tramita de forma conclusiva no colegiado, sem a necessidade de votação no plenário, salvo apresentação de recurso pelos parlamentares.

Posicionamento

Relevante, com necessidade de debate.

● Próximas etapas



PL 4856/2019 – PROGRAMA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

De autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), cria o Programa Renda Básica Universal.

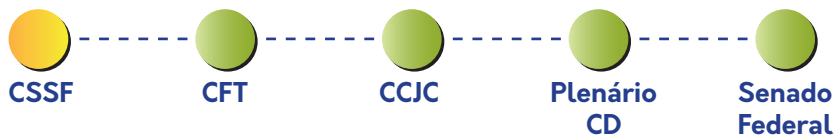
● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Posicionamento

Relevante, com necessidade de debate.

● Próximas etapas



Acesso à Justiça Gratuita pelos Trabalhadores

PL 6323/2016 – PROCESSO DO TRABALHO

De autoria do deputado Mauro Lopes (MDB/MG), da nova redação a dispositivos do art. 790, 790-B, 844 e 899 e acrescenta um art. 844-A à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre processo do trabalho.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda votação do parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT/CE), pela aprovação com substitutivo, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Posicionamento

Favorável, nos termos do parecer do relator.

● Próximas etapas



Regulamentação do Trabalho em Plataforma/Aplicativos e Teletrabalho

PL 3748/2020 – REGIME DE TRABALHO SOB DEMANDA

De autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP) e outros, institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.

● Onde tramita

Na Câmara dos Deputados, a matéria tramita apensada ao PL 5069/2019, de autoria do deputado Gervásio Maia (PSB-PB), que aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Posicionamento

Relevante, com necessidade de debate.

● Próximas etapas



PL 3754/2020 – REGIME DE TRABALHO SOB DEMANDA

De autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.

● Onde tramita

No Senado Federal, o projeto aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

Posicionamento

Relevante, com necessidade de debate.

PL 3512/2020 – DETALHA AS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR NA REALIZAÇÃO DO TELETRABALHO

De autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), revoga o inciso III, do art. 62, altera o art. 75-D, e acrescenta o art. 75-F ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para detalhar as obrigações do empregador na realização do teletrabalho.

● Onde tramita

No Senado Federal, a matéria aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

Posicionamento

Relevante, com necessidade de debate.

Nova Lei do Primeiro Emprego

PL 5228/2019 – LEI DO PRIMEIRO EMPREGO

De autoria do senador Irajá (PSD/TO), que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências.

● Onde tramita

No Senado Federal, a matéria aguarda o parecer do relator de plenário, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

Posicionamento

Contrário.

● Próximas etapas



Demais temas relevantes para os(as) trabalhadores(as)

Medidas e propostas em tramitação no Congresso Nacional

As Centrais Sindicais também destacam na Agenda Legislativa 2021 uma relação temática que reúne medidas e projetos que têm alto impacto sobre a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Fazem parte desse leque de temas como o racismo estrutural, os problemas ambientais e o desmatamento, a violência e ocupação de terras indígenas e a exploração do trabalho infantil. O combate às diversas formas de desigualdade entre homens e mulheres, o combate à violência de gênero, doméstica, familiar e a LGBTfobia são, entre outros, temas que as Centrais Sindicais dedicam atenção na sua atuação no Congresso Nacional.

Síntese das demais proposições relevantes que serão acompanhadas pelas Centrais Sindicais

● Educação

PL 5595/2020, de autoria da deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), que reconhece a educação básica e a educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e estabelece diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Tramita no Senado Federal.

● Indígenas

PEC 215/2000, de autoria do ex-deputado Almir Sá (PPB/RR), trata da demarcação de terras indígenas. Tramita na Câmara dos Deputados.



PL 490/2007, de autoria do deputado Homero Pereira (PR/MT), determina que as terras indígenas sejam demarcadas por meio de leis. Tramita na Câmara dos Deputados.

● **LGBTFobia**

PL 672/2019, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA), criminaliza a discriminação e o preconceito relativos à identidade ou orientação sexual. Tramita no Senado Federal.

PL 7582/2014, de autoria da Maria do Rosário (PT/RS), que define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibí-los. Tramita na Câmara dos Deputados.

● **Moradia**

PEC 285/2008, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT/SP) e outros, que trata da ampliação de recursos para moradias populares. Tramita na Câmara dos Deputados.

PL 827/2020, de autoria do deputado André Janones (AVANTE/MG) e outros, que trata da suspensão de despejos na pandemia. Tramita no Senado Federal.

● **Racismo**

PL 4373/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que classifica como crime de racismo a injúria racial. Tramita no Senado Federal.

PL 5231/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que veda a conduta de agente público ou de profissional de segurança privada fundada em preconceito de qualquer natureza. Tramita no Senado Federal.

PL 4656/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que estende por mais dez anos a vigência da política de cotas no acesso às instituições de educação superior. Tramita no Senado Federal.

PEC 33/2016, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS) e outros, que cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Tramita no Senado Federal.



PLS 239/2016, de autoria da CPI do Assassinato de Jovens, que atualiza as normas sobre o exame de corpo de delito e perícias criminais. Tramita no Senado Federal.

PLS 787/2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que inclui no Código Penal a previsão de agravantes para crimes praticados por motivo de racismo. Tramita no Senado Federal.

● **Redução da pobreza**

PL 5343/2020, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), institui a Lei de Responsabilidade Social para estabelecer normas de responsabilidade social para a redução da pobreza. Tramita no Senado Federal.

● **Regularização fundiária**

PL 2633/2020, de autoria do deputado Zé Silva (SD/MG), que simplifica a regularização fundiária herdada da MP 910/2019. Tramita na Câmara dos deputados.

PL 510/2021, de autoria do senador Irajá Abreu (PSD/TO), que dispõem sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União. Tramita no Senado Federal.

● **Saúde**

PL 2564/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), que trata do piso salarial dos enfermeiros. Tramita no Senado Federal.

● **Vacinação/Patentes**

PL 1011/2020, de autoria do deputado Vicentinho Júnior (PL/TO), sobre a inclusão nos grupos prioritários de vacinação várias categorias. Tramita na Câmara dos Deputados.

PL 12/2021, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), sobre a licença compulsória de patentes de vacinas contra Covid-19. Tramita na Câmara dos Deputados.



● Trabalho infantil

PL 6895/2017, de autoria do senador Paulo Rocha (PT/PA), para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil. Tramita na Câmara dos Deputados.

PEC 2/2020, de autoria do deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), para ampliar para quatorze anos a idade mínima para o exercício de trabalho diurno e não insalubre ou perigoso. Tramita na Câmara dos Deputados.

PEC 18/2011, de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP/PR), que autoriza o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade. Tramita na Câmara dos Deputados.



ANEXO 1

O que é e como funciona o Poder Legislativo Brasileiro¹

O Estado Moderno criou instituições para organizar a vida em sociedade e reservou para si, sob a forma de monopólio, os direitos de impor condutas e punir seu descumprimento (poder de coerção), de legislar (fazer leis obrigatórias para todos) e de tributar (arrecadar tributos compulsoriamente de todos).

Na democracia, esses monopólios e outras funções do estado são exercidos por intermédio dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em um sistema de freios e contrapesos, no qual um Poder controla o outro.

O estado, por intermédio dos poderes constituídos, exerce quatro macrofunções: 1) funções políticas, que consistem na definição de direitos e deveres e alocação de meios para o seu atendimento; 2) funções executivas, voltadas para a implementação de políticas; 3) funções jurisdicionais, direcionadas à solução de litígios; e 4) funções fiscalizadoras, voltadas ao controle da ação estatal.

Para o cumprimento dessas macrofunções, a República Federativa do Brasil, do ponto de vista de sua organização política, adota os princípios da repartição do poder em três níveis de governo (União, estados e municípios) e da separação funcional dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Os poderes políticos da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) são independentes e harmônicos entre si, com responsabilidades e atribuições específicas, que se complementam.

¹ Este capítulo é uma reprodução atualizada da introdução da publicação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) de 2014, intitulada: "Poder Legislativo: como é organizado, o que faz e como funciona". Para mais informações sobre o tema, recomendamos a leitura desse material.



Com exceção do Judiciário, cujos membros possuem, em geral, caráter vitalício², os titulares dos demais poderes são legitimados pelo voto popular³, dentro do espírito republicano de alternância no poder.

O Poder Legislativo, que atua nas dimensões políticas, legislativas e, sob determinadas circunstâncias, de agente de Governo, é representado, no plano federal, pelo Congresso Nacional; nos estados, pelas Assembleias Legislativas; no Distrito Federal, pela Câmara Legislativa; e nos municípios, pelas Câmaras de Vereadores.

O Poder Legislativo, na condição de o mais transparente e democrático dos poderes, tem como missão organizar e equacionar, pacífica e democraticamente, as contradições que a sociedade não pode nem deve assumir.

O Parlamento, dentre outras, exerce quatro funções essenciais na democracia: a) a de representar a população; b) a de legislar ou elaborar as leis; c) a de alocar recursos públicos; e d) a de fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos públicos, com o apoio do Tribunal de Contas da União - TCU (ou, no caso das Assembleias Legislativas Estaduais, com o apoio dos Tribunais de Contas dos Estados).

O Poder Legislativo, portanto, é, por natureza, o lugar onde se forma a vontade normativa do estado e o foro legítimo e apropriado para a solução das demandas da sociedade a serem traduzidas na forma de lei e políticas públicas.

O Poder Legislativo federal é organizado em um sistema bicameral, exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados, constituída de 513 deputados, representantes do povo, e pelo Senado Federal, integrado por 81 senadores, que representam as 27 unidades da Federação (vinte e seis estados e o Distrito Federal).

A representatividade dos parlamentares e dos partidos políticos confere ao Poder Legislativo a condição de lócus privilegiado de atuação dos grupos de interesse ou de pressão, e das próprias instituições públicas.

2 A exceção são os membros do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, que têm investidura por prazo determinado.

3 Os ministros de Estado, embora não sejam eleitos pela população, são escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, que é eleito pelo voto direto e majoritário dos cidadãos, que, assim, lhe conferem essa legitimidade para escolher seus auxiliares imediatos.



Os parlamentares são eleitos e legitimados pelo voto popular, e os partidos políticos, institucionalmente, por intermédio de seus representantes, são os únicos atores políticos no Parlamento, ainda que o Poder Executivo, no regime de presidencialismo de coalizão, exerça forte influência sobre os membros do Congresso Nacional. Tudo gira em torno deles e de suas representações.

Os partidos políticos, é importante frisar, pelo menos no plano formal, possuem três funções indelegáveis, além da titularidade dos mandatos: a) representar a população; b) legitimar o exercício do poder; e c) assegurar a democracia, considerados como seus elementos fundamentais a alternância do poder por meio de eleições livres, justas e frequentes, a participação ampla dos cidadãos adultos no processo de escolha dos dirigentes e representantes, o respeito às liberdades e direitos civis (em especial as liberdades de expressão, associação e reunião) e a capacidade de seus membros de deliberar livremente em nome da sociedade.

Nessa perspectiva, o Poder Legislativo se constitui na própria arena decisória para a solução, mediação e articulação dos conflitos entre setores da sociedade e agentes públicos.

A contribuição do Parlamento para a paz social, por intermédio dos deputados e senadores, é enorme, tanto no aspecto legislativo, aprovando leis que asseguram cidadania, quanto na função representativa.

Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, legislar sobre todas as matérias de competência da União, que vão desde os sistemas de tributação, arrecadação e distribuição de renda, passando pela organização administrativa, judiciária e do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, até planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública, emissão de moeda, dentre outras⁴.

4 Sobre as características da democracia e seus elementos fundamentais, ver Dahl (2001). DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001, 230 p.



Anexo 2

Relação dos presidentes e líderes partidários na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional

Casa	Cargo	Órgão	Nome	Partido	UF	Telefone	Email
CD	Líder do Bloco*	PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, *REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PROS, PTB, PODE, PSC, AVANTE, PATRIOTA	Dep. Hugo Motta	Republicanos	PB	(61) 3215-5237	dep.hugomotta@camara.leg.br
CD	Líder	Oposição	Dep. Alessandro Molon	PSB	RJ	(61) 3215-5304	dep.alessandromolon@camara.leg.br
CD	Líder	CIDADANIA	Dep. Alex Manente	CIDADANIA	SP	(61) 3215-5205	dep.alexmanente@camara.leg.br
CD	Líder	PSC	Dep. Aluisio Mendes	PSC	MA	(61) 3215-5931	dep.aluisiomendes@camara.leg.br
CD	Líder do Bloco*	NOVO, *CIDADANIA, PV	Dep. Alex Manente	CIDADANIA	SP	(61) 3215-5205	dep.alexmanente@camara.leg.br
CD	Líder	PSD	Dep. Antonio Brito	PSD	BA	61) 3215-5479	dep.antoniobrito@camara.leg.br
CD	Líder	PT	Dep. Bohn Gass	PT	RS	(61) 3215-5873	dep.bohngass@camara.leg.br
CD	Líder	PP	Dep. Cacá Leão	PP	BA	(61) 3215-5320	dep.cacaleao@camara.leg.br
CD	Líder	PROS	Dep. Capitão Wagner	PROS	CE	(61) 3215-5711	dep.capitaowagner@camara.leg.br
CD	Líder	PSB	Dep. Danilo Cabral	PSB	PE	(61) 3215-5423	dep.daniilocabral@camara.leg.br
CD	Líder	Majoria	Dep. Diego Andrade	PSD	MG	(61) 3215-5307	dep.diegoandrade@camara.leg.br
CD	Líder	DEM	Dep. Efraim Filho	DEM	PB	(61) 3215-5744	dep.efraimfilho@camara.leg.br
CD	Líder	PV	Dep. Enric Misasi	PV	SP	(61) 3215-5574	dep.enricomisasi@camara.leg.br

Prioridades para 2021: Vida, Emprego e Democracia

Casa	Cargo	Órgão	Nome	Partido	UF	Telefone	Email
CD	Líder	PATRIOTA	Dep. Fred Costa	PATRIOTA	MG	(61) 3215-5633	dep.fredcosta@camara.leg.br
CD	Líder*	REPUBLICANOS	Dep. Hugo Motta	Republicanos	PB	(61) 3215-5237	dep.hugomotta@camara.leg.br
CD	Líder	PODEMOS	Dep. Igor Timo	PODEMOS	MG	(61) 3215-5726	dep.igortimo@camara.leg.br
CD	Líder	MDB	Dep. Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	AL	(61) 3215-5460	dep.isnaldobulhoesjr@camara.leg.br
CD	Líder	REDE	Dep. Joenia Wapichana	REDE	RR	(61) 3215-5231	dep.joeniawapichana@camara.leg.br
CD	Líder	SOLIDARIEDADE	Dep. Lucas Vergílio	Solidariedade	GO	(61) 3215-5816	dep.lucasvergilio@camara.leg.br
CD	Líder	Minoria	Dep. Marcelo Freixo	PSOL	RJ	(61) 3215-5725	dep.marcelofreixo@camara.leg.br
CD	Líder	PTB	Dep. Nivaldo Albuquerque	PTB	AL	(61) 3215-5425	dep.nivaldoalbuquerque@camara.leg.br
CD	Líder	PCdoB	Dep. Renildo Calheiros	PCdoB	PE	(61) 3215-5915	dep.renildocalheiros@camara.leg.br
CD	Líder	Governo	Dep. Ricardo Barros	PP	PR	(61) 3215-5412	dep.ricardobarros@camara.leg.br
CD	Líder	PSDB	Dep. Rodrigo de Castro	PSDB	MG	(61) 3215-5701	dep.rodrigodecastro@camara.leg.br
CD	Líder	AVANTE	Dep. Sebastião Oliveira	AVANTE	PE	(61) 3215-5225	dep.sebastiaooliveira@camara.leg.br
CD	Líder	PSOL	Dep. Talíria Petrone	PSOL	RJ	(61) 3215-5617	dep.taliriapetrone@camara.leg.br
CD	Líder	NOVO	Dep. Vinicius Poit	NOVO	SP	(61) 3215-5558	dep.viniciuspoit@camara.leg.br
CD	Líder	PSL	Dep. Vitor Hugo	PSL	GO	(61) 3215-5803	dep.vitorhugo@camara.leg.br
CD	Líder	PL	Dep. Wellington Roberto	PL	PB	(61) 3215-5514	dep.wellingtonroberto@camara.leg.br
CD	Presidente CD	Mesa Diretora	Dep. Arthur Lira	PP	AL	(61) 3215-5942	dep.arthurlira@camara.leg.br
CD	1º Vice-Presidente	Mesa Diretora	Dep. Marcelo Ramos	PL	AM	(61) 3215-5805	dep.marceloramos@camara.leg.br
CD	2º Vice-Presidente	Mesa Diretora	Dep. André de Paula	PSD	PE	(61) 3215-5754	dep.andredepaula@camara.leg.br
CD	1º Secretário	Mesa Diretora	Dep. Luciano Bivar	PSL	PE	(61) 3215-5215	dep.lucianoivar@camara.leg.br

Casa	Cargo	Órgão	Nome	Partido	UF	Telefone	Email
CD	2ª Secretária	Mesa Diretora	Dep. Marília Arraes	PT	PE	(61) 3215-5654	dep.mariliaarraes@camara.leg.br
CD	3ª Secretária	Mesa Diretora	Dep. Rose Modesto	PSDB	MS	(61) 3215-5414	dep.rosemodesto@camara.leg.br
CD	4ª Secretária	Mesa Diretora	Dep. Rosângela Gomes	Republicanos	RJ	(61) 3215-5438	dep.rosangelagomes@camara.leg.br
CD	1º Suplente	Mesa Diretora	Dep. Eduardo Bismarck	PDT	CE	(61) 3215-5652	dep.eduardobismarck@camara.leg.br
CD	2º Suplente	Mesa Diretora	Dep. Gilberto Nascimento	PSC	SP	(61) 3215-5834	dep.gilbertonascimento@camara.leg.br
CD	3º Suplente	Mesa Diretora	Dep. Alexandre Leite	DEM	SP	(61) 3215-5841	dep.alexandreleite@camara.leg.br
CD	4º Suplente	Mesa Diretora	Dep. Cássio Andrade	PSB	PA	(61) 3215-5433	dep.cassioandrade@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CCJC	Dep. Bia Kicis	PSL	DF	(61) 3215-5309	dep.biakicis@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CFFC	Dep. Aureo Ribeiro	Solidariedade	RJ	(61) 3215-5212	dep.aureoribeiro@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CFT	Dep. Júlio Cesar	PSD	PI	(61) 3215-5944	dep.julioesar@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CE	Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO	(61) 3215-5432	dep.professoradorinhaseabrarezende@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CDEICS	Dep. Otto Alencar Filho	PSD	BA	(61) 3215-5444	dep.ottoalencarfilho@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CINDRA	Dep. Cristiano Vale	PL	PA	(61) 3215-5822	dep.cristianovale@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CAPADR	Dep. Aline Sleutjes	PSL	PR	(61) 3215-5550	dep.alinesleutjes@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CDU	Dep. José Priante	MDB	PA	(61) 3215-5752	dep.josepriante@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CCTCI	Dep. Aliei Machado	PSB	PR	(61) 3215-5220	dep.alieimachado@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CTASP	Dep. Afonso Motta	PDT	RS	(61) 3215-5528	dep.afonsomotta@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CCULT	Dep. Alice Portugal	PCdoB	BA	(61) 3215-5420	dep.aliceportugal@camara.leg.br

Prioridades para 2021: Vida, Emprego e Democracia

Casa	Cargo	Órgão	Nome	Partido	UF	Telefone	Email
CD	Presidente de Comissão	CDC	Dep. Celso Russomanno	Republicanos	SP	(61) 3215-5960	dep.celsorussomanno@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CMULHER	Dep. Elicione Barbalho	MDB	PA	(61) 3215-5206	dep.elcionebarbalho@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CIDOSO	Dep. Dr. Frederico	PATRIOTA	MG	(61) 3215-5568	dep.dr.frederico@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CPD	Dep. Rejane Dias	PT	PI	(61) 3215-5624	dep.rejanedias@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CDHM	Dep. Carlos Veras	PT	PE	(61) 3215-5870	dep.carlosveras@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	GESPO	Dep. Felipe Carreras	PSB	PE	(61) 3215-5318	dep.felipecarreras@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CLP	Dep. Waldenor Pereira	PT	BA	(61) 3215-5954	dep.waldenorpereira@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	OMADS	Dep. Carla Zambelli	PSL	SP	(61) 3215-5482	dep.cariazambelli@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CME	Dep. Edio Lopes	PL	RR	(61) 3215-5408	dep.ediolopes@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CREDN	Dep. Aécio Neves	PSDB	MG	(61) 3215-5964	dep.aecioneves@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CSPCCO	Dep. Emanuel Pinheiro Neto	PTB	MT	(61) 3215-5374	dep.emanuelpinheironeto@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CSSF	Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP	RJ	(61) 3215-5577	dep.dr.luiantonio Teixeirajr@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CTUR	Dep. Bacelar	PODEMOS	BA	(61) 3215-5381	dep.bacelar@camara.leg.br
CD	Presidente de Comissão	CVT	Dep. Carlos Chiodini	MDB	SC	(61) 3215-5925	dep.carloschiodini@camara.leg.br
CD	Líder	PDT	Dep. Wolney Queiroz	PDT	PE	(61) 3215-5936	dep.wolneyqueiroz@camara.leg.br
CN	Líder	Minoria	Dep. Arlindo Chinaglia	PT	SP	(61) 3215-5966	dep.arlindochinaglia@camara.leg.br

Casa	Cargo	Órgão	Nome	Partido	UF	Telefone	Email
CN	Líder	Maioria	Deputado Aginaldo Ribeiro	PP	PB	(61) 3215-5735	dep.aguinaldoribeiro@camara.leg.br
CN	Líder	Governo	Sen. Eduardo Gomes	MDB	TO	(61) 3303-6349	sen.eduardogomes@senado.leg.br
SF	Líder do Bloco	MDB; PP; REPUBLICANOS	Sen. Mailza Gomes	PP	AC	(61) 3303-1357	sen.mailzagomes@senado.leg.br
SF	Líder	CIDADANIA	Sen. Alessandro Vieira	CIDADANIA	SE	(61) 3303-9011	sen.alessandrovieira@senado.leg.br
SF	Líder do Bloco	PODEMOS; PSDB; PSL	Sen. Lasier Martins	PODEMOS	RS	(61) 3303-2323	sen.lasiermartins@senado.leg.br
SF	Líder	PODEMOS	Sen. Alvaro Dias	PODEMOS	PR	(61) 3303-4059	sen.alvarodias@senado.leg.br
SF	Líder	PDT	Sen. Cid Gomes	PDT	CE	(61) 3303-6460	sen.cidgomes@senado.leg.br
SF	Líder	PP	Sen. Daniella Ribeiro	PP	PB	(61) 3303-6788	sen.daniellaribeiro@senado.leg.br
SF	Líder do Bloco	DEM; PL; PSC	Sen. Wellington Fagundes	PL	MT	(61) 3303-6219	sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
SF	Líder	MDB	Sen. Eduardo Braga	MDB	AM	(61) 3303-6230	sen.eduardobraga@senado.leg.br
SF	Líder	Governo	Sen. Fernando Bezerra Coelho	MDB	PE	(61) 3303-2182	sen.fernandobezerra Coelho@senado.leg.br
SF	Líder do Bloco	PT; PROS	Sen. Zenaide Maia	PROS	RN	(61) 3303-2371	sen.zenaide Maia@senado.leg.br
SF	Líder	PSDB	Sen. Izalci Lucas	PSDB	DF	(61) 3303-6049	sen.izalcilucas@senado.leg.br
SF	Líder	Minoria	Sen. Jean Paul Prates	PT	RN	(61) 3303-1777	sen.jeanpaulprates@senado.leg.br
SF	Líder do Bloco*	PDT; CIDADANIA; REDE; PSB	Sen. Eiziane Gama	CIDADANIA	MA	(61) 3303-6741	sen.elizianegama@senado.leg.br
SF	Líder	PSB	Sen. Leila Barros	PSB	DF	(61) 3303-6427	sen.leilab Barros@senado.leg.br
SF	Líder	PSL	Sen. Major Olimpio	PSL	SP	(61) 3303-4177	sen.majorolimpio@senado.leg.br



Prioridades para 2021: Vida, Emprego e Democracia

Casa	Cargo	Órgão	Nome	Partido	UF	Telefone	Email
SF	Líder	DEM	Sen. Marcos Rogério	DEM	RO	(61) 3303-6148	sen.marcosrogerio@senado.leg.br
SF	Líder	REPUBLICANOS	Sen. Mecias de Jesus	Republicanos	RR	(61) 3303-5291	sen.meciasdejesus@senado.leg.br
SF	Líder	PSD	Sen. Nelsinho Trad	PSD	MS	(61) 3303-6767	sen.nelinhotrad@senado.leg.br
SF	Líder	PT	Sen. Paulo Rocha	PT	PA	(61) 3303-3800	sen.paulorocha@senado.leg.br
SF	Líder	REDE	Sen. Randolfe Rodrigues	REDE	AP	(61) 3303-6777	sen.randolferodrigues@senado.leg.br
SF	Líder*	Oposição	Sen. Randolfe Rodrigues	REDE	AP	(61) 3303-6777	sen.randolferodrigues@senado.leg.br
SF	Líder	Maioria	Sen. Renan Calheiros	MDB	AL	(61) 3303-2261	sen.renancalheiros@senado.leg.br
SF	Presidente SF	Mesa Diretora	Sen. Rodrigo Pacheco	DEM	MG	(61) 3303-2794	sen.rodrigopacheco@senado.leg.br
SF	1º Vice-Presidente	Mesa Diretora	Sen. Veneziano Vital do Rêgo	MDB	PB	(61) 3303-2252	sen.venezianovitaldorego@senado.leg.br
SF	2º Vice-Presidente	Mesa Diretora	Sen. Romário	PODEMOS	RJ	(61) 3303-6519	sen.romario@senado.leg.br
SF	1º Secretário	Mesa Diretora	Sen. Irajá	PSD	TO	(61) 3303-6469	sen.iraja@senado.leg.br
SF	2º Secretário	Mesa Diretora	Sen. Elmano Férrer	PP	PI	(61) 3303-2415	sen.elmanoferrer@senado.leg.br
SF	3º Secretário	Mesa Diretora	Sen. Rogério Carvalho	PT	SE	(61) 3303-2201	sen.rogeriocarvalho@senado.leg.br
SF	4º Secretário	Mesa Diretora	Sen. Weverton	PDT	MA	(61) 3303-4161	sen.wevertonrocha@senado.leg.br
SF	1º Suplente	Mesa Diretora	Sen. Jorginho Mello	PL	SC	(61) 3303-2200	sen.jorginhomello@senado.leg.br
SF	2º Suplente	Mesa Diretora	Sen. Luiz do Carmo	MDB	GO	(61) 3303-6439	sen.luizcarlostocarmo@senado.leg.br
SF	3º Suplente*	Mesa Diretora	Sen. Eliziane Gama	CIDADANIA	MA	(61) 3303-6741	sen.elizianegama@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CAE	Sen. Otto Alencar	PSD	BA	(61) 3303-1464	sen.ottoalencar@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CAS	Sen. Sérgio Petecão	PSD	AC	(61) 3303-6708	sen.sergiopetecao@senado.leg.br

Casa	Cargo	Órgão	Nome	Partido	UF	Telefone	Email
SF	Presidente de Comissão	CCJ	Sen. Davi Alcolombre	DEM	AP	(61) 3303-6717	sen.daviaalcolombre@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CCT	Sen. Rodrigo Cunha	PSDB	AL	(61) 3303-6083	sen.rodrigocunha@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CDH	Sen. Humberto Costa	PT	PE	(61) 3303-6285	sen.humbertocosta@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CDR	Sen. Fernando Collor	PROS	AL	(61) 3303-5783	sen.fernandocollor@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CE	Sen. Marcelo Castro	MDB	PI	(61) 3303-6130	sen.marcelocastro@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CI	Sen. Dário Berger	MDB	SC	(61) 3303-5947	sen.darioberger@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CMA	Sen. Jaques Wagner	PT	BA	(61) 3303-6390	sen.jaqueswagner@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CRA	Sen. Acir Gurgacz	PDT	RO	(61) 3303-3131	sen.acirgurgacz@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CRE	Sen. Kátia Abreu	PP	TO	(61) 3303-2990	sen.katiaabreu@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CTFC	Sen. Reguffe	PODEMOS	DF	(61) 3303-6355	sen.reguffe@senado.leg.br
SF	Presidente de Comissão	CSF	Sen. Izalci Lucas	PSDB	DF	(61) 3303-4488	csf@senado.leg.br
SF	Líder	PROS	Sen. Teimário Mota	PROS	RR	(61) 3303-6315	sen.teimariomota@senado.leg.br
SF	Líder	PSC	Sen. Zequinha Marinho	PSC	PA	(61) 3303-6623	sen.zequinhamarinho@senado.leg.br
SF	Líder	PL	Sen. Carlos Portinho	PL	RJ	(61) 3303-6640	sen.carlosportinho@senado.leg.br





Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar

